

A reforma do Código de Processo Penal — breves considerações sobre o projeto aprovado pelo Senado Federal

José Pimentel Neto*

“A prisão especial, baseada no requisito do curso superior é um anacronismo, principalmente com a difusão cada vez mais frequente, hoje, dos cursos superiores. (...) a divisão, ou a seleção, ou a separação dos presos pelo critério de proteção à integridade física e psíquica, procurando também atentar para as semelhanças entre grupos deles, a natureza do crime cometido, é o bastante para se assegurar a proteção do preso e a paz nos presídios.”



Revista: No início do mês de dezembro de 2010, o Senado aprovou o projeto de lei que institui o novo Código de Processo Penal, colocando um fim na prisão especial para quem tem curso superior. Com as novas regras, esse regime permanece apenas para os casos de proteção à integridade física e psíquica do detento. Como o senhor avalia essa questão?

José Pimentel Neto: Esse é o modo correto de classificação do segregado, tenha ele a escolaridade que tiver. A prisão especial, baseada no requisito do curso superior é um anacronismo, principalmente com a difusão cada vez mais frequente, hoje, dos cursos superiores. E é, verdadeiramente, um atentado à Democracia e ao Estado de Direito criar dentro da sociedade uma categoria diferenciada de cidadãos. Então, a divisão, ou a seleção, ou a separação dos presos pelo critério de proteção à integridade física e psíquica – procurando também atentar para as semelhanças entre grupos deles ou a natureza do crime cometido – é o bastante para se assegurar a proteção do preso e a paz nos presídios. A prisão especial foi criada,

exatamente, com o fim de proteção à integridade física, mas, desde sempre é um anacronismo. Nunca passou de um privilégio desarrazoado.

Revista: A criação da figura do juiz de garantias é uma das principais inovações trazidas pelo projeto de reforma do CPP. Teremos agora um magistrado especializado em investigação?

José Pimentel Neto: Pois é, eu também estou curioso para saber como isso vai ser efetivado. Até porque tenho dúvidas sobre a necessidade desse juiz de garantias, quando já temos um juiz e um promotor atuando na fase inquisitorial, cujas funções já englobam o zelo pela legalidade dos atos praticados e o respeito aos direitos do investigado (e essas seriam as razões de tal criação).

Revista: No que se refere ao tribunal do júri, existe alguma queixa recorrente que o Ministério Público entende que deveria ser acolhida pelo novo código?

* Promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Brasília.

José Pimentel Neto: O Código de Processo Penal já passou por uma reforma parcial que abrangeu o procedimento do júri. Ela se deu em 2008. Então, ainda estamos avaliando a propriedade dessa reforma que, posso dizer, em quase todos os aspectos, mudou para melhor. Quanto àquilo que, eventualmente, possa vir a caracterizar queixa recorrente, nada ainda detectei. O que também pode ser explicado pelo pouco tempo de aplicação que têm as novas regras. O que posso dizer é que, basicamente, se manteve o critério anterior do julgamento popular, com uma melhor racionalização dos trabalhos (principalmente em plenário). Em resumo, ainda estamos testando esse novo sistema, mas estou bastante otimista em relação a ele.

Revista: Pelas novas regras, o inquérito policial passa a tramitar diretamente entre delegado e membro do Ministério Público. A triangulação existente hoje – delegado, juiz, promotor – é uma burocracia desnecessária?

José Pimentel Neto: Sem dúvida a triangulação é desnecessária. Mas, veja bem, temos que ter uma forma, também, de controle das investigações pelo juiz. Nesse novo sistema o controle seria realizado pelo denominado juiz de garantias.

Revista: O projeto do novo CPP traz também modificações significativas no instituto da ação penal, com a extinção da ação penal privativa do ofendido. Nessas hipóteses, o processo passa a ser iniciado por ação pública condicionada à representação do ofendido. Como o senhor vê essa questão?

José Pimentel Neto: É o correto a ser aplicado quanto à ação penal. A ação penal privada é uma anomalia. Na verdade, conforme sabemos, a justificativa da sua existência é apenas o de deixar nas mãos do ofendido a *persecutio criminis* nos casos em que o crime causa a ele (ofendido) um especial vexame. Ora, só que, sendo obrigação do Estado punir o crime, ao agir na justiça penal o particular, na verdade, passa a usurpar essa função/obrigação do Estado. E, observe-se que, nessa nova configuração, não se macula a razão de existir da ação penal privada, que é garantir a integridade moral do ofendido nesses crimes que especialmente a ofendem, e, já que necessita da sua representação de qualquer forma, o andamento da ação penal ou o início

da ação penal. Então, temos preservado o mesmo princípio que motivou a ação penal privada e retiramos do ofendido essa possibilidade de usurpar essa função/obrigação do Estado.

Revista: O Congresso Nacional está examinando também alguns projetos de lei que pretendem ampliar o rol dos crimes hediondos, incluindo, por exemplo, os crimes de peculato, corrupção e concussão. Como o senhor avalia essa questão?

José Pimentel Neto: A justa pena, esse é um ponto que precisamos rever no Brasil. Existem certos paradigmas que precisam ser quebrados, um deles é essa crença na prisão como a solução para tudo. Penso que nós devemos atacar todo e qualquer crime naquilo que gera no agente a vontade de cometê-lo. Os crimes de peculato, de concussão, de corrupção ativa e passiva têm um elemento que os fomenta, que é a ganância, é o lucro, é a busca do patrimônio, é a busca de benefício. Ora, esses crimes seriam melhor combatidos, independentemente de eventual pena de prisão, com o confisco de bens. Precisamos reavaliar ou quebrar esse paradigma de que, em matéria penal, a prisão é o remédio para todos os males.

Revista: Como o senhor avalia as ações que tentam tolher os poderes investigatórios assegurados constitucionalmente aos membros do Ministério Público?

José Pimentel Neto: Essa é uma questão delicada. O Ministério Público, como titular da ação penal, precisa ter o poder de realização de determinadas diligências, de determinados atos investigatórios, sem que isso configure qualquer invasão de atribuições ou espaço de outros órgãos. Veja bem, ele é o titular da ação penal. Como poderia estar invadindo a atribuição de alguém – que é o que se alega nesses casos, a esfera de atribuições da polícia judiciária – que é um órgão que só existe para fornecer elementos ao Ministério Público? Se a função dela é essa, o que impede o MP, que é o destinatário desses elementos, de produzi-los? Na verdade, essas ações não passam de expressões de interesses classistas. E, como sempre, nesses casos, o prejuízo há de ser arcado pela sociedade.